



International Financial Reporting Standards (IFRS) para Pequenas e Médias Empresas: a Percepção dos Contabilistas de Juazeiro-BA.

Jonathan Gabriel Brune de Jesus
Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina (FACAPE)
e-mail: jonathan1.premier@gmail.com

Ricardo Ferreira da Costa
Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina (FACAPE)
e-mail: ricardo.costa@facape.br

Agnaldo Batista da Silva
Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina (FACAPE)
e-mail: agnaldopetrolina@gmail.com

Margarete Luisa Arbugeri Menegoto
Universidade de Caxias do Sul/PUC RS
e-mail: margamenegoto@hotmail.com

Resumo

O presente estudo teve por objetivo investigar a percepção dos contabilistas do município de Juazeiro-Bahia, em relação à convergência das normas internacionais de contabilidade para as pequenas e médias empresas (PMEs), denominadas de *International Financial Reporting Standards (IFRS) PME*s. O estudo caracteriza-se como descritivo, cuja coleta de dados foi realizada através da aplicação de questionário dirigido por e-mail aos contabilistas de Juazeiro na Bahia, com um total de 30 respostas válidas. Como resultado geral, os contabilistas do referido município consideram que as IFRS PME)s, apresentam conteúdo de difícil compreensão, entretanto, acreditam que a completa adoção das referidas normas, seria importante para melhoria da qualidade das informações contábeis elaboradas pelas pequenas e médias empresas da região. Quanto à obrigatoriedade de elaboração das demonstrações contábeis tais como: Demonstração do Resultado Abrangente (DRA), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e Notas Explicativas, além do conceito de valor justo analisados, a maioria dos contabilistas demonstrou desconhecimento, bem como, não adotou as IFRS PME)s nas empresas que prestam serviços. A não obrigatoriedade legal e falta de sanções, foram os principais motivos apontados para não adoção completa das referidas normas.

Palavras-chave: Contabilistas; IFRS; Pequenas e Médias Empresas

1. INTRODUÇÃO

O Brasil, seguindo os passos de outros países, vem modificando sua contabilidade para os padrões internacionais (ANTUNES et al., 2012), o que tem acarretado mudanças significativas nas suas práticas contábeis, com vistas a fornecer informações uniformes que possam ser interpretadas e entendidas em qualquer parte do mundo. Esse processo, cujo marco legal ocorreu na aprovação da Lei nº 11.638 no ano de 2007 que alterou a Lei nº 6.404/76, mais conhecida como Lei das S/A, teve por objetivo a convergência das normas contábeis brasileiras ao padrão IFRS, que são emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) (IUDÍCIBUS et al., 2010).

As mudanças elencadas nesta legislação impactam inclusive nas PMEs, entidades que apresentam grande importância na economia de vários países, inclusive no Brasil. Pesquisas realizadas pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE e Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – DIEESE (2013), evidenciam que as PMEs compreendem 99% das empresas existentes no país, tendo participação de 27% no Produto Interno Bruto (PIB) nacional, sendo assim, de extrema relevância no cenário socioeconômico nacional.

Desse modo, o IASB, publicou em 2009 o normativo denominado *The International Financial Reporting Standard for Small and Medium-Sized Entities (IFRS for SMEs)*, visando a melhoria das informações contábeis produzidas pelas PMEs em todo o mundo.

Com a adoção do IFRS PMEs, espera-se que as entidades possam disponibilizar aos *stakeholders* informações fidedignas e com maior qualidade sobre o seu desempenho econômico e financeiro e, como consequência, tenham menor custo na captação de recursos e maior acesso ao crédito (MENEZES, LUZ e CARVALHO, 2013).

Nesse sentido, em consonância com as IFRS PMEs, o Brasil adotou em dezembro de 2009 a resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1255/09, que aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade - Técnicas Gerais nº 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Segundo o CFC (2009), a norma encontra-se em vigência desde 1º de janeiro de 2010.

Desde então os profissionais de contabilidade brasileiros, que culturalmente realizam trabalhos voltados a atender somente as exigências contidas na legislação fiscal, têm buscado se aprimorar para a correta aplicação das IFRS PMEs. Porém, essa tem se mostrado uma caminhada longa e, nesse aspecto, conforme ressalta Alves et al. (2013), é necessário dedicação, empenho e força conjunta da categoria, dos organismos profissionais e órgãos governamentais para reformulação de toda uma cultura contábil já existente no Brasil.

Dentro deste contexto, o objetivo desse estudo é investigar a percepção dos contabilistas de Juazeiro-BA, em relação à convergência das normas internacionais de contabilidade para pequenas e médias empresas.

O presente estudo é relevante e contribui para a literatura relacionada às normas internacionais aplicadas às PMEs no Brasil, com reflexo diretamente na atuação dos contabilistas, tendo em vista a importância socioeconômica dessas empresas no país.

Além do mais, este estudo diferencia-se dos demais por ter sido focalizado nos contabilistas do município que representa o segundo maior conglomerado populacional e econômico da região do Vale do São Francisco, a cidade de Juazeiro-BA, que mesmo distante de Salvador-BA, a capital do estado, é destaque e um dos pilares de uma região economicamente próspera. Sobrinho (2009), ressalta que esta região vem ao longo dos anos sofrendo intensos

impactos sociais e econômicos, tanto na área agrícola quanto no meio urbano, que vêm fazendo com que essa microrregião se transforme numa área de grande vitalidade econômica

Como os escritórios de contabilidade são considerados os maiores prestadores de serviços para as PMEs (ALVES et al., 2013), tal condição, justifica ainda a realização deste estudo, sua pertinência e relevância, que permitirá inclusive uma análise comparativa mais abrangente dos estudos anteriores, com a inclusão de profissionais de contabilidade deste município.

Além desta introdução, o artigo está estruturado, em quatro seções. Inicialmente consta a revisão da literatura. Na segunda seção, apresentam-se os procedimentos metodológicos. A terceira contempla a análise dos dados coletados. Por fim, a quarta e última seção evidencia as principais conclusões, limitações e pistas para pesquisas futuras.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. A Convergência das Normas Internacionais de Contabilidade no Brasil e as PMEs

Nas concepções de Mapurunga, Meneses e Peter (2011), face a internacionalização dos mercados e avanços das tecnologias de informações, dentre outros fatores que aproximam os usuários de informações contábeis, a convergência das normas internacionais de contabilidade é uma consequência irreversível na atual conjuntura econômica mundial. De acordo com Niyama (2010, p. 30), “a busca de uma harmonização contábil internacional tem envolvido iniciativas de diversos organismos em nível mundial, bem como esforços de algumas entidades profissionais da classe, de âmbito regional”.

Nesse contexto, na última década, as práticas contábeis no Brasil vêm sendo modificadas, principalmente em função da convergência das normas contábeis para o padrão IFRS. Essa nova contabilidade brasileira tornou-se realidade especialmente com a promulgação da Lei nº 11.638/07 que reformulou a contabilidade societária do país regulada pela antiga Lei das S/A nº 6.404/76, após 31 anos de sua vigência.

De acordo com Shimamoto e Reis (2010) o padrão contábil do IFRS introduziu os conceitos utilizados em mercados internacionais de países desenvolvidos.

Vale salientar que no Brasil, a convergência da contabilidade para as normas internacionais, abrange além das sociedades anônimas de capital aberto e as empresas do setor público, as micro, pequenas e médias empresas (NASCIMENTO *et al.*, 2014).

Desse modo, o IASB em julho de 2009 emitiu o IFRS para as PMEs, que foi adaptado ao Brasil pelo CPC em 4 de dezembro de 2009 e incorporado às normas de contabilidade brasileiras por meio do Pronunciamento técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, homologada através da resolução do CFC nº 1.255/2009, que aprovou a NBC TG 1000. Trata-se de uma versão simplificada das IFRS completas, porém, é um pronunciamento independente (DELOITTE, 2013), com uma linguagem mais clara e de fácil compreensão.

Segundo o CFC (2009), a aplicação da referida norma encontra-se em vigor desde 1º de Janeiro de 2010, sendo obrigatória para as PMEs. Para o CFC (2009) são consideradas PMEs aquelas que apresentam as seguintes características: (a) não tem obrigação pública de prestação de contas; e (b) elaboram demonstrações contábeis para fins gerais (usuários externos).

Entretanto, Meirelles (2012) ressalta que apesar da obrigatoriedade imposta pelo CFC e dos benefícios previstos com a adoção da NBC TG 1000, grande parte das PMEs ainda não procedeu à convergência de sua contabilidade a referida norma contábil.

Nesse aspecto, como não há previsão de penalidade para as PMEs brasileiras que não adotem as IFRS, será necessário principalmente o empenho dos profissionais responsáveis pela contabilidade dessas empresas (MARTINS e LIMA, 2012), em convencer os empresários para a completa adoção da NBC TG 1000.

2.2. ESTUDOS ANTERIORES SOBRE AS IFRS PMES

Alguns estudos anteriores mais recentes que abordaram a convergência das normas internacionais de contabilidade para as PMEs já foram realizados, porém, em contextos e realidades regionais diferentes deste estudo, conforme demonstrados no Quadro 1:

Quadro 1 – Resumo das recentes pesquisas sobre IFRS para PMES.

Tipo de estudo	Autor/Ano	Título	Principais conclusões
Estudo exploratório	Costa e Paulo (2014)	IFRS para pequenas e médias empresas: conhecimentos e habilidades requeridos ao profissional contábil na percepção de mestrandos e doutorandos dos PPGCC's.	Os respondentes consideram importante a adoção das IFRS e indicaram a necessidade de melhor compreensão dessas normas, pelo profissional contábil, além da sua capacidade de análise e síntese, bem como, a importância da sua participação em programas de educação continuada.
	Alves et al. (2013)	Uma análise dos escritórios de contabilidade sobre a necessidade de aplicação das IFRS para pequenas e médias empresas (Recife-PE).	Constatou-se que ainda não existe a utilização das IFRS pelos escritórios de contabilidade analisados, bem como que alguns profissionais não têm conhecimento sobre a convergência contábil, além do mais a maioria dos contabilistas não consideram necessária a adoção das IFRS PMES.
	Menezes, Luz e Carvalho (2013)	Processo de convergência contábil das pequenas e médias empresas brasileiras aos padrões internacionais: percepção dos contabilistas de Campina Grande – PB.	Os resultados apontam que apesar de conhecer o processo de convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais, a adoção das IFRS PMES somente ocorre quando as práticas coincidem com aquelas que usualmente já estão sendo executadas.
Estudo exploratório	Pinto, Costa e Santos (2013)	Custos e Benefícios da adoção do CPC PME. (São Paulo, Minas Gerais e Distrito Federal)	Para os respondentes, o principal benefício da adoção do IFRS PMES é a melhoria da qualidade da informação contábil através da sua comparabilidade, utilidade e transparência. Relativamente aos custos, a falta de profissionais treinados e o alto custo de ajuste dos sistemas de informática, são um entrave para completa adoção.
	Rower, Bordignon e Kruger (2012)	Contabilidade para pequenas e médias empresas: uma análise das práticas adotadas pelos profissionais contábeis. (Chapecó-SC).	Constaram que, embora cerca de 84% das empresas tenham obrigatoriedade de adoção das IFRS PMES, somente 32% dos contabilistas compreendem as IFRS, 47% deles adotam parcialmente as IFRS e 16% não conhecem ou não adotam. Além disso, para 82% deles, as principais dificuldades para a implantação da norma são os custos e a falta de mão de obra capacitada.

Fonte: Elaborado pelo autor.

De modo geral, os resultados demonstram que a maioria dos profissionais contábeis do país tem conhecimento e percepção da nova contabilidade para as PMEs. Exceto quanto ao estudo de Alves *et al.* (2013), a maioria deles considera que as IFRS trazem benefícios às PMEs, entretanto, a adoção efetiva dessas normas na prática tem ocorrido apenas parcialmente ou em situações isoladas.

Além do mais, as principais dificuldades na adoção completa dessas normas pelos contabilistas, dizem respeito aos custos inerentes a sua implementação e a complexidade dessas



normas, que exige a participação em programas de educação continuada, para melhor aprofundamento acerca de seu conteúdo e aplicabilidade.

2.3. AS IFRS PMES E A PROFISSÃO CONTÁBIL NO BRASIL

No Brasil, as práticas contábeis sempre estiveram ligadas aos limites e critérios fiscais (MIRANDA, 2011). Esse fator pode ser considerado um obstáculo durante a convergência aos padrões internacionais, pois há situações que exigem do profissional maior esforço intelectual para efetuar julgamentos (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010).

Nesse aspecto, em entrevista a Revista Brasileira de Contabilidade (2010, p. 16) o contador Paulo Schnorr, afirmou que um dos maiores problemas enfrentados é que a maioria dos profissionais não está preparada para aplicação das IFRS PMEs, principalmente porque estão acostumados com as regras fiscais, limitando-se a preencher guias de impostos.

De acordo com Menezes, Luz e Carvalho (2013), a adoção dessas novas normas de contabilidade para as PMEs representam um momento histórico, porque as práticas destinadas a atender somente ao fisco passam a ser questionadas, tendo em vista à necessidade de gerar informações que tenham maior utilidade a usuários distintos.

Nascimento *et al.* (2014), salienta que o Brasil por sua histórica vinculação fiscal à contabilidade societária, apresenta algumas nuances singulares, como por exemplo, os problemas educacionais que demandam estudos específicos.

Assim, torna-se necessário que os profissionais de contabilidade estejam bem preparados para dar respostas a essas mudanças contábeis, além disso, o desafio está nas mãos de jovens futuros profissionais, que precisam ter em mente que a formação e a capacitação continuadas são elementos essenciais para quem quer contribuir com o progresso do Brasil e ter sucesso na profissão (POCETTI, 2013).

Ferreira *et al.* (2013), destaca que a harmonização das normas contábeis remete a várias mudanças no papel do contabilista e espera-se que a atuação destes, funcione como parceiros de negócios e agente de mudanças, o que poderá acarretar inclusive em uma valorização da classe contábil entre as PMEs, pois o profissional deixa de ser visto apenas como o responsável pela apuração e recolhimento de impostos e passa a ser reconhecido como um gerenciador de informações essenciais e aproveitáveis pelos gestores.

3. METODOLOGIA

Considerando os objetivos e problemática anteriormente definidos, este estudo classifica-se como descritivo. Gil (2008 p. 43) argumenta que os estudos de caráter essencialmente descritivos “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno”.

Segundo Beuren (2008, p. 81) esse tipo de estudo “configura-se como um estudo intermediário entre a pesquisa exploratória e a explicativa, ou seja, não é tão preliminar como a primeira nem tão aprofundada como segunda.”. No que tange à abordagem do problema é um estudo que apresenta um teor qualitativo (LAKATOS E MARCONI, 2006). Utilizou-se da técnica de levantamento ou *survey* que de acordo com Beuren (2008, p. 85) busca a coleta de dados com base em amostra de determinada população estudada, sendo normalmente utilizada em estudos descritivos.

Centralizou-se o estudo exclusivamente nos contabilistas graduados e técnicos em contabilidade com atuação nos escritórios de contabilidade de Juazeiro-BA, tendo em vista que os escritórios de contabilidade são os maiores prestadores de serviços para as PMEs (ALVES et al., 2013). Tal condição, justifica a realização deste estudo, sua pertinência e relevância, que permitirá inclusive uma análise comparativa mais abrangente com a inclusão de profissionais de contabilidade deste município.

A população inicialmente foi composta por 66 escritórios de contabilidade com cadastrados ativos no município de Juazeiro-BA, até outubro de 2014, conforme o Quadro 2:

Quadro 2 – Escritórios de contabilidade no município.

Escritórios de Contabilidade	Em sociedade	Individual	Total
Juazeiro-BA	21	45	66

Fonte: elaborado pelo autor.

O quantitativo de escritórios de contabilidade de Juazeiro-BA foi obtido diretamente do sítio da internet do Conselho Regional de Contabilidade da Bahia (CRC-BA) no seu endereço eletrônico: <http://www.crcba.org.br/new/institucional-2/registro>.

Através do departamento de registro da delegacia do CRC-BA do município de Juazeiro-BA, obteve-se a relação nominal e e-mail dos escritórios de contabilidade em estudo. A população final é composta de 56 contabilistas responsáveis pelos escritórios de contabilidade do município, cujos cadastros estão atualizados e a relação foi disponibilizada para realização desta pesquisa.

O questionário da pesquisa foi hospedado na plataforma *Google Drive* e o link enviado aos e-mails dos escritórios de contabilidade de Juazeiro-BA. Foram obtidos 30 questionários válidos, o que representa uma taxa de resposta de cerca de 54%, superior inclusive aos estudos anteriores. Os e-mails foram enviados aos profissionais de contabilidade entre os meses de Outubro e Dezembro de 2014.

O instrumento de coleta foi composto de 17 questões, elaboradas de acordo com a literatura anterior e disposto em uma escala *Likert* de quatro pontos. A fim de avaliar e aperfeiçoar o instrumento de coleta de dados, foi realizado um pré-teste com empresários proprietários de escritório de contabilidade e professores do curso de Ciências Contábeis, onde as considerações apontadas por estes para melhoria do questionário foram incorporadas no referido questionário. A análise e organização dos dados foram feitos com o auxílio do pacote estatístico *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)* versão 20.0.

A estrutura do questionário utilizado como instrumento de coleta de dados é apresentado no Quadro 3 e considerando o objetivo do estudo, foi composto de questões fechadas, distribuídas em quatro partes principais.

Quadro 3 – Estrutura do Questionário de pesquisa.

Partes do questionário	Assunto	Quantidade de Questões
1. Identificação do perfil profissional do contabilista	Identifica as características dos contabilistas participantes da pesquisa.	4
2. Análise das vantagens das IFRS PMEs	Analisa a percepção dos contabilistas acerca das vantagens com a adoção das IFRS PMEs.	3
3. Percepção em relação ao conteúdo das IFRS PMEs	Avalia a percepção dos contabilistas sobre o conteúdo das IFRS PMEs e seus principais aspectos conceituais.	6

4. Nível de adoção das IFRS PMEs e de atualização profissional	Identifica o nível de adoção das IFRS PMEs pelos contabilistas respondentes e qual sua motivação para tal, além da identificação dos instrumentos de atualização profissional.	4
----------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---

Fonte: adaptado de PINTO, COSTA e SANTOS (2014).

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Apresenta-se nesse tópico a análise e discussão sistematizada dos resultados do estudo.

4.1. Perfil Profissional dos Contabilistas

A tabela 1 apresenta o perfil profissional dos respondentes. A identificação deste perfil permite o melhor conhecimento sobre as características profissionais dos contabilistas de Juazeiro-BA.

Tabela 1 – Formação acadêmica dos contabilistas.

Opções	Frequência	Percentual (%)
Técnico em contabilidade	12	40,0%
Graduado	14	46,7%
Ambos	4	13,3%
Total	30	100%

Fonte: elaborado pelo autor.

Conforme a tabela 1, a maioria dos contabilistas são graduados e representam 46,7% dos respondentes, 40,0% deles são técnicos em contabilidade e outros 13,3% têm as duas formações. Devido à proximidade com a cidade de Petrolina-PE, era esperado que grande parte destes contabilistas prestassem serviços tanto em Juazeiro-BA, quanto na cidade pernambucana. Nesse sentido, foi feita uma indagação referente ao município de atuação, sendo apresentado um resumo na Tabela 2:

Tabela 2 – Município de atuação.

Opções	Frequência	Percentual (%)
Juazeiro-BA	7	23,3%
Juazeiro-BA e Petrolina-PE	23	76,7%
Total	30	100%

Fonte: elaborado pelo autor.

Como se observa na tabela 2, 76,7% dos contabilistas pesquisados atuam na prestação de serviços às empresas sediadas tanto em Juazeiro-BA, quanto em Petrolina-PE, bem como, 23,3% atuam exclusivamente nas empresas sediadas em Juazeiro-BA.

Outra questão importante para complementação da caracterização do perfil profissional dos contabilistas corresponde à experiência profissional. Nesse sentido foi realizado esse questionamento e os resultados obtidos estão apresentados na tabela 3.

Tabela 3 – Experiência profissional dos contabilistas.

Opções	Frequência	Percentual (%)
Até 3 anos	3	10,0%
Entre 3 e 5 anos	4	13,3%
Entre 5 e 10 anos	10	33,3%
Acima de 10 anos	13	43,3%
Total	30	100%

Fonte: elaborado pelo autor.

Mais de 43% dos contabilistas pesquisados tem acima de 10 anos de experiência na prestação de serviços de contabilidade às PMEs. Cerca de 33% deles tem entre 5 e 10 anos, em

torno de 13% têm entre 3 e 5 anos de atuação e 10,0% são iniciantes, com experiência de até 3 anos no mercado.

Quanto à participação das PMEs na carteira de clientes dos contabilistas, a quase totalidade afirmou que mais de 50% dos seus clientes são PMEs. Tal resultado segue uma tendência observada em pesquisas anteriores como Menezes, Luz e Carvalho (2013) e Alves et al. (2013), ao constatar que as PMEs são as principais responsáveis pelas receitas obtidas pelos profissionais nos municípios de Campina Grande-PB e Recife-PE. Esse resultado também é importante, tendo em vista que este estudo está centrado na normatização contábil para as PMEs.

4.2. Análise das Vantagens das IFRS PMEs

Um importante aspecto analisado nesta seção refere-se a identificação das vantagens com adoção das IFRS PMEs na visão dos contabilistas de Juazeiro-BA. Os resultados são apresentados na tabela 4.

Tabela 4 – Vantagens da adoção das IFRS PMEs.

Questão	Grau de Concordância em %
1. A adoção das normas é importante para contabilidade destas empresas, pois fornecerá informações de maior qualidade para os seus usuários.	86,7
2. As práticas contábeis segundo as IFRS PMEs representam um efeito significativo no resultado da empresa, e, portanto, os empresários demonstram interesse pelas informações.	66,7
3. A exigência da adoção das IFRS PMES pelo CFC implica em maiores responsabilidades para os contabilistas, entretanto, a profissão torna-se mais valorizada no mercado.	76,7

Nota: *Resposta do questionário em escala *Likert* resumida somente para o grau de concordância, a fim de evitar redundância.

Fonte: elaborado pelo autor, com recurso ao SPSS versão 20.0.

Em relação à questão 1, a elevada concordância dos profissionais, quase 90%, demonstra que para a maioria dos contabilistas de Juazeiro-BA a adoção das IFRS é importante, pois essas normas fornecerão maior qualidade das informações contábeis elaboradas pelas PMEs. Esse resultado mostra-se contrário aos achados de Alves *et al.* (2013), onde a maioria dos contabilistas de Recife-PE não consideraram importante a adoção das IFRS na melhoria das informações contábeis, tendo em vista que a exigência da norma somente implicará em custos de implementação, sem nenhuma garantia de que estas empresas tenham melhoria da informação contábil.

No que se refere à questão 2, a concordância de 67% dos profissionais, demonstra que a adoção das IFRS pode representar uma mudança significativa nos resultados das PMEs, e por isso, os empreendedores das PMEs, tendem a demonstrar interesse e requerer a aplicação. Conforme evidenciado na questão 3, aproximadamente 77% dos respondentes acreditam que, apesar das maiores responsabilidades profissionais, a adoção das IFRS pelas PMEs significa uma maior visibilidade por parte dos empresários e usuários da informação contábil, o que pode representar uma maior valorização do profissional de contabilidade. Tal resultado se assemelha aos achados de Menezes, Luz e Carvalho (2013), onde 67% dos contabilistas de Campina

Grande-PB, consideraram que a adoção das IFRS pelas PMEs resultará numa maior valorização da profissão contábil.

4.3. Percepção em Relação ao Conteúdo das IFRS PMEs

Para esta análise, foi utilizada a NBC TG 1000, regulamentação das normas internacionais pelo CFC elaborada a partir da IFRS *for SMEs* do IASB. Como a norma aborda novos conceitos e orientações contábeis e está em vigor há mais de 4 anos, é importante analisar a percepção dos contabilistas acerca desses novos conteúdos, apresentada na tabela 5:

Tabela 5 – Percepção em relação ao conteúdo das IFRS PMEs.

Questão	Grau de Concordância em %
1. O pronunciamento técnico para as PMEs é objetivo e de fácil entendimento para aplicação prática pelos profissionais de contabilidade.	43,3
2. A norma para PMEs requer que as entidades apresentem seu desempenho em duas demonstrações: demonstração do resultado (DRE) e demonstração do resultado abrangente (DRA).	56,7
3. As únicas demonstrações que devem ser elaboradas de acordo com o padrão são: balanço patrimonial, DRE e Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).	60,0
4. Todos os custos com empréstimos (despesas de juros, encargos financeiros, variações cambiais), devem ser reconhecidos como uma despesa no resultado do período em que são incorridos.	80,0
5. As PMEs devem avaliar seus estoques pelo menor valor entre o custo e o preço de venda estimado diminuído dos custos para completar a produção e despesas ocasionadas pela venda.	60,0
6. As propriedades para investimento (terrenos ou edificações) se puderem ser mensuradas de forma confiável, sem custos ou esforço excessivo e de forma contínua, devem ser contabilizados pelo valor justo.	43,3

Nota: *Resposta do questionário em escala *Likert* resumida somente para o grau de concordância, a fim de evitar redundância.

Fonte: elaborado pelo autor, com recurso ao SPSS versão 20.0.

Relativamente à questão 1, cerca de 57% contabilistas consideram que há dificuldade no entendimento da referida norma contábil em sua íntegra, provavelmente por ser oriunda de norma contábil internacional em língua estrangeira e, portanto, há uma maior dificuldade na sua interpretação e compreensão.

Na questão 2, embora aproximadamente 57% dos contabilistas demonstrem conhecer o conteúdo da norma acerca das duas demonstrações contábeis (DRE e DRA) a serem elaboradas para a apresentação do resultado das PMEs, chama a atenção o nível de discordância de quase 43% dos contabilistas, o que possivelmente está relacionado ao seu desconhecimento acerca do conteúdo da DRA, tendo em vista que conforme as IFRS PMEs a apresentação do resultado abrangente deve ser feita separadamente da DRE.

Na questão 3, ao verificar o conhecimento dos contabilistas sobre as demonstrações contábeis obrigatórias, observa-se que para 60% deles as únicas obrigatórias são o balanço

patrimonial, a DRE e a DFC. Este resultado relevante evidencia o desconhecimento da norma pelos contabilistas, pois além das demonstrações mencionadas, devem ser elaboradas a DRA, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e as notas explicativas. Tal resultado se assemelha aos achados de Alves et al. (2013), onde a maioria dos contabilistas de Recife-PE, desconhece a exigência da norma quanto a elaboração da DMPL, DRA e notas explicativas para as PMEs.

Com relação à questão 4, 80% dos contabilistas concordaram com a exigência da contabilização dos custos com empréstimos a partir das IFRS PMEs, o que significa que a maioria absoluta compreende esta obrigatoriedade. Quanto a questão 5, as respostas demonstram que aproximadamente 60% dos contabilistas conhecem a determinação relativa a este item, entretanto, 40% deles desconhecem o conteúdo da norma acerca da adequada avaliação dos estoques. De acordo com Menezes, Luz e Carvalho (2013), o estoque é importante e merece atenção o seu reconhecimento, mensuração e evidenciação.

A questão 6 objetivou avaliar a percepção dos contabilistas quanto ao conceito de valor justo no processo de avaliação de ativos e passivos. Os resultados demonstram que quase 60% mostram desconhecimento das IFRS PMEs acerca desse importante aspecto conceitual da referida norma. Tal resultado mostra-se contrário aos achados de Menezes, Luz e Carvalho (2013), onde 50% dos contabilistas de Campina Grande-PB, afirmaram conhecer o conceito de valor justo constante nas IFRS PMEs.

4.4. Nível de Adoção das IFRS PMEs, Motivação e Atualização Profissional

Quanto ao nível de adoção das IFRS PMES pelos contabilistas, somente 2 deles, ou seja 7% já adotam por completo para as PMEs que prestam serviços, motivados por exigência para obtenção de crédito bancário e por iniciativa própria. Este resultado representa um nível muito baixo de adoção dessas normas pelas PMES em Juazeiro-BA, entretanto, se assemelha aos achados de outros municípios no Brasil que, conforme estudos anteriores resumidos no Quadro 1, também demonstraram um baixo nível de adoção completa das IFRS PMEs. Para 93% dos contabilistas que admitiram não adotar as IFRS PMEs completas, foram questionadas as motivações para a não adoção, cujos resultados são expressos no Gráfico 1:

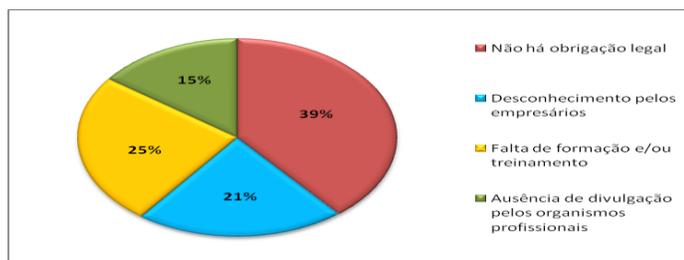


Gráfico 1 – Motivos para não adoção completa das IFRS PMEs

Fonte: elaborado pelo autor.

Como se pode observar, para 39% dos contabilistas a não existência de obrigação legal e falta de sanções pela não adoção da NBC TG 1000 são os principais motivadores para a não adoção completa das IFRS PMEs. Tal resultado, reforça a assertiva de Iudícibus *et al.* (2010), ao afirmar que os contabilistas culturalmente limitam-se a realizar um trabalho que atende somente as exigências contidas na legislação fiscal do país.

Observa-se ainda que 21% dos contabilistas justificam a falta de conhecimento por parte dos empresários para não utilização das IFRS PMEs, enquanto para 25% deles, a adoção

completa não ocorre pela insegurança na aplicação do conteúdo da norma técnica contábil em virtude de ausência de formação acadêmica e/ou treinamentos em relação às IFRS PMEs.

Importa ressaltar que 21% dos contabilistas afirmaram que a ausência de divulgação dessas práticas pelos organismos profissionais da contabilidade é um dos fatores que justificam a não adoção completa dessas normas. Em relação à atualização profissional, conforme o Gráfico 2, os contabilistas utilizam 3 principais fontes para se atualizar, especialmente no que se refere às IFRS PMEs:

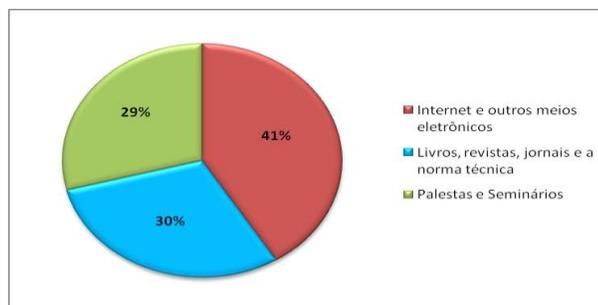


Gráfico 2 – Atualização profissional
Fonte: elaborado pelo autor.

Para 41% dos contabilistas pesquisados, a internet e outros meios eletrônicos como sites de organismos profissionais, blogs e revistas eletrônicas de contabilidade, têm sido os meios mais utilizados para essa atualização. Enquanto 30% utilizam a leitura de livros e de revistas de contabilidade, além da leitura da própria norma contábil. Já para 29% dos contabilistas, essa atualização é realizada através da participação em seminários e palestras sobre essa temática, promovidos pelos organismos profissionais.

5. CONCLUSÃO

Este estudo teve por objetivo investigar a percepção dos contabilistas do município de Juazeiro-BA em relação à convergência das normas internacionais de contabilidade para pequenas e médias empresas denominadas de IFRS PMEs. De modo geral, os resultados demonstram que apesar das dificuldades de compreensão e interpretação técnica do conteúdo das IFRS PMEs no Brasil, os contabilistas consideram importante a adoção completa da referida norma, a fim de melhorar a qualidade das informações contábeis elaboradas por estas empresas. Além do mais, para os contabilistas de Juazeiro-BA embora a adoção dessas normas implique em maior responsabilidade profissional, consideram que poderá representar uma maior valorização da profissão contábil no mercado.

Relativamente à percepção dos contabilistas acerca do conteúdo dessas normas, o estudo revelou que 60% dos contabilistas do município desconheciam a obrigatoriedade da elaboração das demonstrações contábeis exigidas na norma para as PMEs, tais como a DRA, DMPL e as notas explicativas, assim como desconheciam o conceito de valor justo para avaliação de ativos e passivos. Tais resultados possibilitam questionar se de fato, os profissionais estão atualizados em relação às IFRS PMEs vigente no Brasil desde 2010.

Quanto ao nível de adoção das IFRS PMEs, os resultados demonstraram um baixo nível de adoção pelos contabilistas de Juazeiro-BA, onde somente 7% deles as adotaram de forma completa. Embora o nível de utilização esteja condizente com os estudos anteriores de outros



municípios do Brasil, é preocupante o fato de 93% dos contabilistas ainda não utilizar a referida norma vigente há mais de 4 anos. Os principais fatores que contribuem para não adoção das IFRS PMES, são a não obrigatoriedade de adoção e falta de sanções, a ausência de treinamento e formação acadêmica. Dentre esses fatores, a ausência de treinamento e formação requer maior atenção dos organismos profissionais de classe, bem como das instituições de ensino superior em contabilidade, que podem contribuir na capacitação e formação continuada dos contabilistas.

Além do mais, esses resultados demonstram a necessidade de uma atuação mais efetiva dos organismos profissionais de contabilidade no sentido de exigir a adoção dessas normas como força de lei, inclusive com caráter punitivo para os profissionais e PMEs, bem como a intensificação de programas de educação continuada obrigatório a nível regional.

Apesar de ter obtido uma taxa de resposta em torno de 54% dos contabilistas de Juazeiro-BA, superior à média dos estudos anteriores, os resultados não podem ser generalizados para outros municípios do Vale do São Francisco, principalmente em decorrência do tamanho da amostra. Para pesquisa futuras, sugere-se a ampliação do estudo incluindo os contabilistas de Petrolina-PE, o que permitiria comparar os resultados obtidos nas duas maiores cidades da região.

6. REFERÊNCIAS

ALVES, Fernando Lins; MIRANDA, Luiz Carlos; MEIRA, Juliana Matos de; CALLADO, Aldo Leonardo Cunha. Uma análise dos escritórios de contabilidade sobre a necessidade de aplicação das IFRS para pequenas e médias empresas. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*. Rio de Janeiro, v. 8, n.3, set/dez 2013.

ANTUNES, Maria Thereza Pompa; GRECCO, Cristina Pelucio; FORMIGONI, Henrique; MENDONÇA NETO, Octavio Ribeiro de. A adoção no Brasil das normas internacionais IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil. *Revista de Economia e Relações Internacionais*. São Paulo, v. 10, n.20, jan. 2012.

BEUREN, Ilse Maria (Org.). *Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC n. 1055 de 24 de outubro de 2005. *Cria o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2005/001055>. Acesso em: 20 ago. 2014.

_____. Resolução CFC n. 1.255 de 17 de dezembro de 2009. *Aprova a NBC TG 1000 (NBC T 19.41) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas*. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2009/001255>. Acesso em: 28 ago. 2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. *Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas*. 2009. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_PMEeGlossario_R1.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2014.



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DA BAHIA. *Registros*. <<http://www.crcba.org.br/new/institucional-2/registro/>>. Acesso em: 22 nov. 2014.

COSTA, Abimael de Jesus Barros; PAULO, Edilson. IFRS para pequenas e médias empresas: conhecimentos e habilidades requeridos ao profissional contábil na percepção de mestrandos e doutorandos dos PPGCCS. *Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI*. v. 1, n.1, Floriano-PI, Jan./Jun. 2014, p.25 – 39.

DELOITTE. *IFRS para PMEs ao seu alcance 2013/2014*. Disponível em:< http://www.deloitte.com/assets/DcomBrazil/Local%20Assets/Documents/Servi%C3%A7os/IFRS/IFRSPME_2013.pdf>. Acesso em: 01 de maio 2014.

FERREIRA, Tarciana Borges; LAGIOIA, Umbelina Cravo Teixeira; CARVALHO, Esdras Santos; NASCIMENTO, Suênia Graziella Oliveira de Almeida Santos do. Processo de convergência contábil: Perspectivas e desafios enfrentados pelos profissionais de contabilidade no estado de Pernambuco. *ReCont: Registro Contábil – Ufal – Maceió*, v. 4, n. 1 , p. 108-126, jan./abr. 2013.

IUDÍCIBUS, Sérgio de.; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto R; SANTOS, Ariovaldo Dos. *Manual de Contabilidade Societária: Aplicável às demais Sociedades de acordo com as Normas Internacionais e do CPC*. 1ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia científica*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MAPURUNGA, Patrícia Vasconcelos Rocha; MENESES, Anelise Florencio; PETER, Maria da Glória Arrais. O processo de convergência das normas internacionais de contabilidade: Uma realidade nos setores privado e público brasileiros. *Revista Controle*, Fortaleza, v.9, n.1, p.87-107, Jan/Jun. 2011.

MARTINS, Miltes Angelita Machuca; LIMA, Grasile Barbosa de. Normas internacionais de contabilidade para pequenas e médias empresas. 10º SIMPÓSIO DE ENSINO E GRADUAÇÃO – UNIMEP. *Anais eletrônicos...* Piracicaba: 2012. Disponível em: <<http://www.unimep.br/phpg/mostracademica/anais/10mostra/4.php>>. Acesso em: 05 set. 2014.

MEIRELLES, Guilherme. Adoção do padrão IFRS anda a passos lentos entre PMEs. *Valor Econômico*, 31 out. 2012. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/2886918/adocao-do-padroo-ifrs-anda-passos-lentos-entre-pmes>>. Acesso em: 03. Set. 2014.

MENEZES, Fernanda Dourado; LUZ, Janayna Rodrigues de Moraes; e; CARVALHO, José Ribamar Marques de. Processo de Convergência Contábil das Pequenas e Médias empresas brasileiras aos padrões internacionais: Percepção dos contabilistas de Campina Grande – PB. XXXVII ENCONTRO DA ANPAD. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro: 2013. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_CON2368.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2014.



MIRANDA, Mário de Oliveira. A percepção dos profissionais de escritórios de contabilidade, sobre as dificuldades no processo de convergência contábil nas PMEs. *Classe Contábil*. 2011. Disponível em: < <http://www.classecontabil.com.br/media/trabalhos/ARTIGOPUBLICADO.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

NASCIMENTO, João Carlos Hipólito Bernardes; REIS, Juliana da Silva; SOUSA, Wellington Dantas de; SILVA, Adriano Marcos Dantas da. BR-GAAP E IFRS UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE CONVERGÊNCIA NA PERSPECTIVA DO FUNCTIONAL ILLITERACY. *RBC: Revista Brasileira de Contabilidade*, v. __, p. 76-89, 2014.

NIYAMA, Jorge Katsumi. *Contabilidade Internacional*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
PINTO, Larissa Gomes; COSTA, Patrícia de Souza; SANTOS, Cassius Klay Silva. Custos e benefícios da adoção do CPC PME. Congresso UFSC de Controladoria e Finanças & Iniciação Científica em Contabilidade. *Anais Eletrônicos...* Florianópolis: 2013. Disponível em: < http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso/arquivos_artigos/artigos/1052/20140416041438.pdf>. Acesso em: 25 out. 2014.

POCETTI, Eduardo. O Brasil necessita de bons contadores. *Ibracon*, 01 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detSalaImpensaRelease.php?cod=1541>>. Acesso em 21 Out. 2014. *REVISTA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE. Reportagem: Brasil começa a adotar o IFRS na contabilidade de PMEs*. Brasília, n. 186, p.7-19, set./ out. 2010.

ROWER, Gerson Roberto; BORDIGNON, Andrea Carla; KRUGER, Silvana Dalmutt. Contabilidade para pequenas e médias empresas: uma análise das práticas adotadas pelos profissionais contábeis. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. *Anais eletrônicos...* São Paulo: 2012. Disponível em: <http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos122012/an_resumo.asp?con=1&cod_trabalho=263.pdf>. Acesso em: 10 set. 2014.

SEBRAE/SP – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. MPEs em *números*. 2013. Disponível em: <<http://www.sebraesp.com.br/index.php/234-uncategorised/institucional/pesquisas-sobre-micro-e-pequenas-empresas-paulistas/micro-e-pequenas-empresas-em-numeros>>. Acesso em: 05 de maio 2014.

SHIMAMOTO, Leila Sayuri; REIS, Luciano Gomes dos. Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade: uma análise sob a perspectiva dos profissionais contabilistas. *Revista de Estudo Contábeis*, Londrina, v.1, n.1, p.90-105, Jul/Dez. 2010.

SOBRINHO, José de Sousa. Desenvolvimento no Vale do São Francisco: Uma análise crítica. In: XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária. *Anais eletrônicos...* São Paulo: 2009. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XI20XIXENGA/artigos/Sobrinho_JS.pdf>.